

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) BRUNO BOHRER BASTOS

BRASIL, UM ATOR RELEVANTE NO CONTEXTO DA AMÉRICA DO SUL:

uma análise à luz da Teoria de Ratzel

Rio de Janeiro
2020

CC (FN) BRUNO BOHRER BASTOS

BRASIL, UM ATOR RELEVANTE NO CONTEXTO DA AMÉRICA DO SUL:

uma análise à luz da Teoria de Ratzel

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (Ref) José Augusto Abreu de Moura

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela saúde e tranquilidade profissional, física e intelectual para o desenvolvimento desta complexa tarefa.

Agradeço à minha mãe, Sonia Maria Bohrer Bastos, e ao meu falecido pai, José Henrique Domingues Bastos, pela paciência, apoio, compreensão e valores transmitidos ao longo de minha singradura.

Agradeço à tripulação e ao corpo docente da Escola de Guerra Naval pelo grande apoio e orientações dedicados a cumprir a missão dessa secular instituição destinada ao aprimoramento profissional dos oficiais-alunos dos cursos, especialmente do C-EMOS. Destaco agradecimentos especiais ao CMG (Ref) José Augusto, pela forma cordial, atenciosa e profissional com que me orientou ao longo desse processo de grande evolução intelectual.

Por fim, agradeço à Marinha do Brasil que executa demasiado esforço a fim de manter um grupo relativamente significativo de oficiais fora das atividades profissionais, visando alcançar a evolução profissional necessária e condizente com o tamanho dessa nobre instituição.

RESUMO

O desenvolvimento de uma nação é alcançado através do crescimento de diversos setores, como economia, política, educação e muitos outros. Ao longo da história, os países, por intermédio de evoluções políticas e econômicas associadas a conjunturas específicas do cenário internacional, cresceram ou observaram sua relevância global enfraquecer. Hoje, as dinâmicas internacionais estão muito mais aceleradas e interligadas que no passado, devido às diversas tecnologias que reduziram as distâncias e conectaram os países. Observamos em pouco tempo as alterações no cenário internacional, que mudou de multipolar para bipolar na Guerra Fria e posteriormente para unipolar. Nesse contexto, cresce a importância da manutenção ou ampliação da relevância do Brasil na América do Sul, a fim de exercer o grau de influência necessário às nações do continente sul-americano, visando o seu próprio desenvolvimento assim como o de todo o continente. Tendo em vista os aspectos apontados, o propósito deste trabalho é analisar se as ações do governo federal, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, contribuíram para a manutenção ou ampliação da relevância do Brasil no contexto da América do Sul de 1995 a 2003, sob a ótica da teoria de Ratzel. Nesse caso, os conceitos da teoria foram adaptados para os dias atuais. A análise se restringiu ao estudo das variáveis **espaço** e **posição** e ao conceito de **espaço vital**. Além disso, de modo a empreender esta investigação, assumimos a hipótese de que o Brasil foi um ator relevante na América do Sul e, a partir dessa validação, criamos um Brasil fictício e definimos como deveriam se desenvolver as condicionantes das variáveis de Ratzel e do espaço vital, para posterior defrontação com a realidade encontrada empregando o desenho de pesquisa, o confronto da teoria com a realidade. Metodologicamente, o estudo baseou-se em uma pesquisa documental e bibliográfica. Após realizada a análise, concluímos que o Brasil perdeu inúmeras oportunidades de manter ou ampliar sua relevância na América do Sul no período. Entre os inúmeros erros e acertos, os equívocos da administração federal sobressaíram, dificultando um desenvolvimento condizente com o modelo teórico selecionado. Por fim, ensejamos a reflexão sobre os desdobramentos do trabalho, principalmente para a Marinha do Brasil, como parte integrante da tríade das Forças Armadas que desempenham um importante papel para o desenvolvimento do Brasil como potência relevante na América do Sul no gerenciamento das fronteiras e contribuindo com a coerção/dissuasão necessária ao nosso país.

Palavras-chave: Brasil. América do Sul. Fernando Henrique Cardoso. Cenário internacional. Espaço. Posição. Espaço Vital. Ratzel. Teoria.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	Gastos do Brasil com Forças Armadas em porcentagem do PIB.	58
Gráfico 2 -	Gastos dos principais países da América do Sul com Forças Armadas em porcentagem do PIB.	58
Gráfico 3 -	Gastos do Brasil com Forças Armadas em bilhões de dólares.	60
Gráfico 4 -	Gastos dos principais países da América do Sul com Forças Armadas em bilhões de dólares.	60

LISTA DE TABELAS

1 -	Indicadores das empresas siderúrgicas privatizadas 1992-95.....	56
2 -	Indicadores da Siderurgia Brasileira.....	57
3 -	Gastos dos principais países da América do Sul com Forças Armadas em porcentagem do PIB	59
4 -	Gastos dos principais países da América do Sul com Forças Armadas em bilhões de dólares.....	61
5 -	Gastos em bilhões de dólares com defesa por quilômetro quadrado.....	62
6 -	Gastos em bilhões de dólares com defesa por habitante.....	62
7 -	Efetivo das Forças Armadas por quilômetro quadrado.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA -	Associação de Livre Comércio das Américas
Copene -	Companhia Petroquímica do Nordeste
Copesul -	Companhia Petroquímica do Sul
CREDEN -	Conselho das Relações Exteriores e Defesa Nacional
EC -	Emenda Constitucional
Eletrobras -	Centrais Elétricas Brasileiras
FAE -	Fundo de Apoio ao Estudante
FARC -	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FHC -	Fernando Henrique Cardoso
FMI -	Fundo Monetário Internacional
FNDE -	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fundef -	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC -	Ministério da Educação
MERCOSUL -	Mercado Comum do Sul
MB -	Marinha do Brasil
OMC -	Organização Mundial do Comércio
ONU -	Organização das Nações Unidas
PDN -	Política de Defesa Nacional
PNE -	Plano Nacional de Educação
PIB -	Produto Interno Bruto
PMDE -	Programa de Manutenção e Desenvolvimento da Educação
PQU -	Petroquímica União
Saeb -	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SIPAM -	Sistema de Proteção da Amazônia
SIVAM -	Sistema de Vigilância da Amazônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A TEORIA DE RATZEL	11
2.1	QUEM FOI FRIEDRICH RATZEL	11
2.3	O ESPAÇO VITAL, LEBENSRAUM	12
2.4	ESPAÇO E POSIÇÃO COMO CONDICIONANTES DE UM ESTADO	14
2.5	AS LEIS DO EXPANSIONISMO DE RATZEL	15
2.6	A TEORIA DE RATZEL NOS DIAS ATUAIS	18
3	O BRASIL DE 1995 A 2003	21
3.1	A VARIÁVEL ESPAÇO – FRONTEIRAS	21
3.2	A VARIÁVEL ESPAÇO – RECURSOS NATURAIS	24
3.3	A VARIÁVEL POSIÇÃO – O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	30
3.4	A VARIÁVEL POSIÇÃO – AS FORÇAS ARMADAS	35
3.5	O <i>LIBESRAUM</i>	42
4	O CONFRONTO ENTRE O MODELO TEÓRICO E A REALIDADE DE INTERESSE	46
5	CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS	53
	ANEXOS	56

1 INTRODUÇÃO

Em 1985, como resultado das eleições indiretas, Tancredo Neves foi eleito presidente do Brasil. Porém, apresentando problemas de saúde, Tancredo ficou impossibilitado de assumir, sendo sucedido por José Sarney, que após o falecimento do presidente eleito assumiu em definitivo. O período de Sarney na presidência foi marcado por uma grande dívida externa, que resultou em um forte processo de inflação, juros galopantes e um decreto de moratória do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI), mesmo com intensas pressões internacionais.

Após o governo de Sarney, assumiu Fernando Collor de Mello em 1989. Collor lançou um plano econômico que confiscava parcela das economias da população a fim de pagar a dívida externa e reduzir os juros da inflação. Essas medidas imprimiram duras perdas econômicas à população e não se mostraram eficazes no combate aos juros exorbitantes da inflação descontrolada que assolava o país. Após denúncias de corrupção, Fernando Collor de Mello sofreu um processo de *impeachment* que contou com forte apoio popular, impulsionado pelos meios de comunicação. Mesmo com sua renúncia, em dezembro de 1992, o congresso deu prosseguimento ao processo, suspendendo seus direitos políticos.

Itamar Franco assumiu após a renúncia de Collor e teve pela frente um curto período em que procurou unir diversas forças políticas e superar a crise deixada por seu antecessor. Mesmo com um tempo exíguo, Itamar soube conduzir esse crítico quadro de maneira adequada, possibilitando um cenário pacífico para assunção de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1995.

Antes de assumir a presidência, FHC foi ministro da Fazenda de Itamar Franco, no momento em que o Brasil lançava o plano real, pacote econômico com medidas efetivas de combate à inflação. Ao final de 1994, FHC, impulsionado pelo sucesso do plano real, venceu

as eleições presidenciais. O Brasil de 1994 ainda sofria com um forte processo inflacionário, tinha elevados índices de analfabetismo e possuía uma parcela significativa da população vivendo abaixo da linha da pobreza. No contexto internacional, vivia os primeiros anos do nascimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) criado em 1991 e, paralelamente, com o fim da Guerra Fria em 1991, o sistema global passou a ser unipolarizado, com a ascensão da hegemonia dos Estados Unidos da América. Assim, foi nesse contexto histórico de grandes tropeços políticos e econômicos que FHC assumiu a presidência, com a missão de promover uma evolução nacional, a fim de elevar o país ao *status* de **potência em desenvolvimento**, abandonando o estigma do **terceiro mundo**.

A América do Sul, por se tratar do entorno estratégico do Brasil, composta de países com características semelhantes às de nosso Estado – clima, relevo, presença de florestas equatoriais de larga extensão, grandes bacias hidrográficas e alguns aspectos culturais –, requer atenção especial de nossos representantes políticos, a fim de que não percamos a relevância que o país com maior extensão territorial, maior Produto Interno Bruto (PIB), maior investimento em Forças Armadas e maior número de habitantes do continente demanda. A presente pesquisa foi motivada, portanto, pela percepção de que a manutenção de uma relevância continental sul-americana é de suma importância para um país com as características do Brasil e poderá alavancar o crescimento de nosso Estado política e economicamente no cenário internacional.

Diante do exposto, esta pesquisa se propõe a analisar o Brasil como ator relevante no contexto da América do Sul à luz da teoria de Ratzel, que será a lente através da qual observaremos as medidas efetuadas por FHC em seus dois mandatos, buscando identificar se a nação caminhou em direção à manutenção dessa hegemonia ou se a perdeu. Dessa forma, o propósito deste trabalho é responder ao seguinte questionamento: o Brasil foi um ator relevante, no contexto da América do Sul, no período de 1995 até 2003? E diante desse questionamento,

consideraremos a hipótese de que nosso país foi um ator relevante e adotou medidas visando ao fortalecimento da nação de acordo com a posição de destaque no continente sul-americano como válida.

De modo a sistematizar este trabalho, a metodologia utilizada revestiu-se de uma análise que compara um modelo teórico com a realidade. Este estudo, por sua vez, baseou-se em uma pesquisa documental e bibliográfica de livros e artigos, buscando o acervo necessário ao alcance do propósito. Para empreender esta análise, o trabalho foi estruturado em cinco capítulos: essa introdução, três capítulos de desenvolvimento e a conclusão. O segundo capítulo apresentará o arcabouço teórico utilizado na pesquisa, cuja principal base é um modelo teórico criado a partir de uma apropriação da teoria de Ratzel. Por sua vez, o terceiro capítulo abordará um histórico descritivo dos acontecimentos e as medidas políticas e econômicas adotadas no Brasil no período de 1995 a 2003. Para tanto, serão enfatizados os aspectos relacionados ao modelo teórico citado. Já o quarto capítulo é dedicado a identificar as similaridades e contrastes verificados no caso real selecionado, confrontando-o com o modelo teórico de Ratzel, de modo a buscar validar ou não a hipótese apresentada. Por fim, serão apresentadas as conclusões, destacando, ainda, a importância do assunto, bem como as implicações do estudo para a Marinha do Brasil (MB).

Este estudo apresenta a grande importância da contribuição das Forças Armadas brasileiras nas variáveis espaço e posição de Ratzel e no conceito de espaço vital. Sendo assim, a MB deverá se adequar de forma a representar uma nação com as ambições que o Brasil possui, buscando o aprimoramento em todos os níveis a fim de manter ou ampliar o *status quo* de potência relevante sul-americana.

2 A TEORIA DE RATZEL

Com o propósito de alicerçar esta pesquisa em uma base teórica e definir o plano sob o qual o objeto de estudo será observado, neste capítulo será apresentada a teoria de Ratzel. O geógrafo alemão Friedrich Ratzel viveu no período de 1844 a 1904, contextualizado pelo surgimento da Alemanha como potência, que desejava alcançar recursos nos mesmos moldes das potências coloniais da época. Nesse período, também se observa o crescimento do Darwinismo como pensamento teórico. Esses acontecimentos vieram a influenciar fortemente o geógrafo no desenvolvimento de seu postulado, que muito mais tarde iria associá-lo ao nascimento da Geopolítica.

Dessa forma, este capítulo está subdividido em quatro seções. Na primeira, será apresentada a história de Friedrich Ratzel e as vivências que fomentaram sua teoria. Nas três seções seguintes, aspectos teóricos específicos de sua obra serão abordados. Ao final, na quinta seção, será discutido o embasamento da teoria de Ratzel para nossa análise contemporânea.

2.1 QUEM FOI FRIEDRICH RATZEL

Friedrich Ratzel nasceu em *Karlsruhe*, Alemanha, em 30 de agosto de 1844. Iniciou sua vida acadêmica na Universidade de *Heidelberg* e se formou em Filosofia em 1868. Também estudou Ciências Naturais e Geografia nas universidades de *Karlsruhe*, *Heidelberg*, *Iena* e *Montpellier* (TOSTA, 1984). Fez doutorado em Zoologia e, após migrar para os Estados Unidos da América, se dedicou ao estudo da Geografia, onde surge sua reputação como especialista da área (TUATHAIL, 2005).

Sua carreira profissional teve início como farmacêutico, posteriormente foi um reconhecido professor de Geografia na Universidade de Monique e como jornalista político foi

colaborador de um dos principais jornais alemães da época, o *Kölnische Zeitung*, além de diretor da redação do jornal *Estrangeiro* (TOSTA, 1984).

Ratzel teve a oportunidade de viajar por diversos países como Itália, Hungria, Estados Unidos da América, México e Cuba (TOSTA, 1984). Fundou a Biblioteca dos Manuais Geográficos e escreveu inúmeros títulos, como o *Die Erde – 24 Vorträge* (A Terra – 24 Exposições), *Vorgeschichte des europäischen Menschen* (Pré-história do homem europeu) e *Politische Geographie* (Geografia Política), entre outros, sendo esta última uma de suas obras de maior importância, em que ele descreve as sete leis do expansionismo. Após uma vida dedicada intensamente aos estudos e pesquisas, Ratzel faleceu em 1904 (TUATHAIL, 2005).

Pelo exposto, pode-se observar que o teórico viveu uma vida dedicada ao estudo das mais diversas ciências humanas. Com uma gama de experiências em diversos países, foi o autor de teorias e conceitos que lhe renderam a alcunha de precursor da Geopolítica. Nas próximas seções, esses conceitos serão apresentados de forma a detalhar sua teoria e entender sua aplicabilidade.

2.2 O ESPAÇO VITAL, *LEBENSRAUM*

Ratzel também se dedicou a estudar como se dariam os movimentos dos Estados, que se expandiam e se contraíam em razão de diversos fatores, e quais seriam as motivações que davam início a essas alterações territoriais. Ele identificou que todo crescimento territorial de um Estado buscava obtenção de território e recursos naturais necessários ao desenvolvimento de seu povo. O Estado só lograria êxito explorando adequadamente seu território. Garantir o prolongamento desse sucesso estava diretamente ligado a crescer buscando encontrar seu **espaço vital**, o *Lebensraum*. Para Ratzel, *Lebensraum* era o território adequado a suprir todas as necessidades de um povo e dentro desse conceito de espaço vital estariam englobados o

território necessário à habitabilidade de seus nacionais, as saídas para o mar importantes para a manutenção das diversas linhas de comunicações marítimas e os recursos naturais vitais ao desenvolvimento das nações (PARKER, 1998).

Fruto de suas experiências na Europa e nos Estados Unidos da América, Ratzel verificou uma grande disparidade entre os Estados dessas duas regiões. Nos Estados Unidos, havia um vasto território a ser ocupado pela sua população jovem e determinada, enquanto na Europa, por se tratar de um continente mais antigo, já havia divisões em pequenos territórios, com características culturais marcantes e era mais densamente povoada do que os territórios norte-americanos. Isso dificultava a expansão continental europeia, pela inexistência de territórios livres. Assim, resta à Europa buscar seu **espaço amplo**, o *Grossraum* – espaço adquirido no além-mar, necessário ao desenvolvimento de um povo. Ratzel via o espaço amplo como um território com menor capacidade de promover o desenvolvimento de um Estado quando comparado ao espaço vital, tendo em vista todas as dificuldades inerentes à manutenção de territórios longínquos e sem ligações por vias terrestres (LIVINGSTONE, 1992).

Dado o exposto, pode-se constatar que, em que pese o fim da era colonial e que atualmente não exista nenhum território ostentando o *status* de colônia, observa-se diferentes tipos de dominação cultural, religiosa, política e econômica. Estados dominantes impõem interpretações, de acordo com seus interesses, a países e até a organizações internacionais.

A globalização, a internet e as modernas tecnologias atuais encurtaram as distâncias, aproximando os conceitos de *Grossraum* e *Lebensraum*. Em virtude dos incrementos tecnológicos da fibra ótica, dos cabos submarinos, dos satélites e dos meios de transporte de última geração, houve uma maximização das linhas de comunicação, reduzindo as diversas dificuldades existentes no passado para manutenção das dominações. Adicionalmente, hoje, as dinâmicas das dominações entre nações sofreram uma transformação. Um país faz uso do seu espaço vital por intermédio de acordos comerciais, tratados políticos e

empresas multinacionais, ampliando sua área de influência nas terras contíguas e no além-mar, com níveis de controle muito similares, a despeito da distância física. Dessa forma, será considerada neste estudo a denominação *Lebensraum* para todo o espaço vital necessário a uma nação, nos territórios fronteiriços ou distantes.

2.3 ESPAÇO E POSIÇÃO COMO CONDICIONANTES DE UM ESTADO

Resultado da percepção do dinamismo que envolvia os Estados e os colocava em constante transformação, além do diagnóstico da força motriz que originava este movimento, o *Lebensraum*, Ratzel entendia que a busca pelo espaço vital ocasionaria conflitos de interesses pelos diversos Estados do globo. Naturalmente, alguns Estados se expandiriam, ao passo que outros seriam comprimidos. Nesse contexto, o teórico definiu dois conceitos fundamentais, **espaço** (*Raum*) e **posição** (*Lage*), diretamente ligados à força de um Estado.

O **espaço** é a variável relacionada ao território físico ocupado por um Estado, englobando todos os fatores fixos a ele relacionados, tais como recursos naturais, clima, relevo e saídas para o mar (TOSTA, 1984). Ratzel identificou que países centrais, de extensões continentais, iriam absorver ou dominar Estados menores, na busca de uma saída para o mar. Por outro lado, países marítimos acabariam por criar uma cultura voltada para o mar, desenvolver suas forças navais e dominar colônias. Assim, Alemanha e Rússia seriam exemplos de países centrais, e Inglaterra representaria um exemplo marcante de país marítimo (ANDRADE, 1993 *apud* SILVA, 2018).

A **posição** está relacionada diretamente ao espírito do povo e aos fenômenos políticos de um Estado. Ampliando esse conceito, pode-se entender que a posição se refere à postura de uma nação relacionada ao seu território e à vocação de um povo para se expandir para novos territórios. É muito importante citar que essa vocação está diretamente ligada ao

patriotismo do povo e à identidade deste com sua pátria. Essa ambição pode manifestar-se nos líderes de uma nação, que podem investir nas Forças Armadas, fazer movimentos diplomáticos, fortalecer a cultura de forma que ela ultrapasse as fronteiras, entre outras medidas. Também pode manifestar-se na população, que quando possui esse caráter expansionista, se movimenta com facilidade além do território nacional, se fixa e se adapta rapidamente a novos ambientes, se estabelecendo, propagando a cultura daquele país e, principalmente, consolidando a expansão de um Estado. Fruto disso, Ratzel verificou que, em determinados povos especiais, essa ambição se reflete em ambos os lados, nos líderes e no povo, amplificando ao máximo a variável **posição** daquele Estado. Este fenômeno foi batizado de **dupla virtude** (TOSTA, 1984).

Com base nesses conceitos apresentados, observa-se um dos principais pontos das ideias do acadêmico, que define possíveis parâmetros na avaliação da relevância de um Estado dentro de seu espectro espacial e temporal. As variáveis **espaço** e **posição**, ainda hoje, podem ser comprovadas como relevantes quando observamos algumas das principais potências desse século e do passado, como Rússia, China e Estados Unidos. Este último sendo um exemplo significativo do conceito de **dupla virtude**, dotado, ao longo da história, de líderes com um caráter expansionista e que possuíam um forte apoio de sua população.

2.4 AS LEIS DO EXPANSIONISMO DE RATZEL

Uma das principais bases da teoria de Ratzel é o Estado. Como já foi abordado nesse estudo, o alemão já havia constatado que os Estados se comportam de maneira dinâmica, influenciados pelo *Lebensraum*. Entretanto, a relação entre os Estados sempre foi algo que fascinou o teórico. Observando a conjuntura de sua época, Ratzel desenvolveu sete leis que

visam a explicar como se originam os impulsos de diversos países nas relações com seu entorno geográfico (TOSTA, 1984).

A primeira lei postulada por Ratzel versa que a necessidade de dilatação de um Estado cresce com seu nível de cultura. Denominada **Lei do nível de cultura**, significa que quanto mais desenvolvida a cultura de um povo, maior será a demanda por novos territórios (TOSTA, 1984). Ele verificou que povos mais avançados culturalmente tendem a se desenvolver em diversas áreas, o que significa crescimento econômico, social e político. Todo esse arcabouço evolutivo insere na população a consciência dos benefícios do progresso e o desejo por mais território, para a manutenção deste crescimento.

A segunda lei, denominada **Lei da penetração pacífica**, postula que um Estado conquistador absorveria um território com maior facilidade se seu nível de cultura fosse mais elevado que o do Estado ocupado. Todos os benefícios do desenvolvimento cultural obtido pelo conquistador são facilmente absorvidos pelos povos dominados, perpetuando a conquista e, em alguns casos, fazendo com que ela ocorra sem a necessidade da batalha em campo propriamente dita (TOSTA, 1984). Na atualidade, com o advento da internet e da globalização, podemos observar muitos exemplos da atuação dessa lei, principalmente quando vemos a difusão da cultura dos Estados Unidos da América se espalhando pacificamente pelo globo. Isso ocorre por meio de filmes, de seu idioma, de hábitos alimentares e até pelo *Índice Big Mac*¹, o qual foi criado em função da popularidade do referido sanduíche pelo mundo.

A **Lei da assimilação** é a terceira lei do expansionismo de Ratzel e refere-se à expansão de uma nação, que geralmente se processa iniciando pelos Estados menores, com capacidade reduzida de resistência. Já a **Lei das fronteiras**, quarta lei, enuncia que as fronteiras de um Estado são dinâmicas e se comportam de acordo com o crescimento do referido Estado,

¹ Criado pela revista "The Economist", é um indicador econômico calculado a partir do valor do famoso lanche da rede de *Fast Food McDonald's*. O sanduíche é utilizado para compor uma fórmula que mede o poder de compra de determinada moeda (REIS, 2019).

expandindo-se no seu auge e contraindo-se no seu declínio. A terceira e a quarta leis também recebem a denominação de **leis do menor esforço**, por simbolizarem dinâmicas constituídas de uma menor dificuldade de empreendimento e que, muitas vezes, estão nos primórdios de uma série de acontecimentos desencadeados na história evolutiva de uma nação, no início de sua expansão (TOSTA, 1984).

A **Lei do arredondamento do espaço possuído** é a quinta lei e explica que um Estado sempre almejará conquistar alvos que possuam valores políticos e estratégicos, e que complementem recursos os quais muitas vezes lhe são escassos, buscando, assim, atingir a plenitude em seu território. Essas demandas podem ser exemplificadas como uma saída para o mar, o controle de uma bacia hidrográfica, o domínio de uma área rica em recursos naturais, o controle das margens de um rio, assim como o domínio de rotas comerciais (TOSTA, 1984).

Na sexta lei do expansionismo, verificamos que o embrião do crescimento espacial de uma nação pode, em alguns casos, estar localizado no exterior daquele Estado. A existência, no cenário internacional, de um país mais avançado e mais desenvolvido, com capacidade de exercer influência em uma nação, impulsiona seu expansionismo principalmente pela ameaça que essa civilização desenvolvida representa. Essa lei foi denominada **Lei do impulso externo**. Analisando a conjuntura em que Ratzel viveu, a própria Alemanha é um forte exemplo, pois, por estar situada no entorno estratégico da gigante extinta União Soviética, teve que se preparar para se antepor a essa ameaça (TOSTA, 1984).

Por fim, Ratzel verificou que à medida em que o crescimento de um Estado se processa, a demanda por mais território vai aumentando. Nessa análise, o teórico concluiu que, com os movimentos dos Estados acontecendo, ao final só haverá espaço para um único Estado no globo. Essa lei, Ratzel intitulou como **Lei da aceleração do crescimento** (TOSTA, 1984). Dessa análise, é possível depreender que, com mais território, uma nação produziria mais e prosperaria. E esse crescimento em larga escala necessita cada vez mais de espaço vital para a

manutenção do processo, como um ciclo vicioso. Ao longo da história, observa-se diversos exemplos dessa dinâmica, tais como o Império Romano, o Império Otomano e a França de Napoleão.

Em uma análise global das Leis do expansionismo, pode-se verificar uma lógica na visão do acadêmico que diagnosticou os fatores determinantes nas relações entre os Estados, tais como o nível de cultura, o tamanho e o nível de desenvolvimento do Estado, a necessidade de se alcançar o seu espaço vital e a própria influência que o expansionismo exerce sobre o Estado. Nos dias atuais, as sete leis de Ratzel ainda têm grande aplicabilidade, salvo algumas adaptações.

2.5 A TEORIA DE RATZEL NOS DIAS ATUAIS

A fim de alcançar o propósito deste trabalho, faz-se necessário entender como o conteúdo exposto até o presente momento contribuirá para a análise do Brasil no contexto temporal selecionado e no ambiente do continente sul-americano. Em que pese os estudos de Ratzel serem oriundos do século XIX, já foi possível observar que muitos conceitos tratados por ele ainda vigoram. E com base nesses conceitos, partindo da hipótese de que o Brasil foi um ator relevante no contexto da América do Sul no período de 1995 a 2003, será apresentado como deverão se comportar as variáveis que, segundo Ratzel, contribuía para determinar o futuro das nações, para posterior defrontação com a verdadeira realidade do Estado brasileiro. Sendo assim, de acordo com a hipótese desta pesquisa, será considerado um Brasil hipotético que, no período apontado, tomou as medidas necessárias à confirmação da teoria de Ratzel e, posteriormente, essas medidas serão comparadas com a realidade encontrada.

Como já foi exposto, o *Lebensraum* é o espaço vital necessário para assegurar a manutenção do crescimento de um povo. Com a globalização, a interdependência entre as

diversas nações e a atuação dos grandes blocos econômicos nos dias de hoje, fica evidente a necessidade de parceiros capazes de assegurar condições de igualdade nos diversos acordos internacionais. Dessa forma, é plausível considerar a América do Sul como o *Lebensraum* do Brasil, de maneira relativizada. Para tanto, são consideradas as novas formas de dominação existentes na atualidade, no sentido de que o continente sul-americano se apresenta como o entorno estratégico necessário ao fortalecimento do nosso Estado no cenário internacional. E esse Brasil hipotético, assumido em nosso estudo, tem atuação de destaque nos diversos acordos e tratados firmados dentro do período escolhido no âmbito da América do Sul.

Para Ratzel, uma importante variável determinante da força de um Estado era o espaço, que tinha vínculo direto com o território físico de um país, englobando tudo relacionado a ele, como clima, relevo e recursos naturais. É sabido que o Brasil teve um importante papel ao longo da história no desenvolvimento dessa variável, que resultou no maior Estado do continente sul-americano em extensão territorial, graças aos trabalhos dos bandeirantes, das políticas de povoamento, da manutenção das fronteiras e de episódios isolados – a posteriori – que definiram as últimas anexações do território atual, como Acre e Amapá. Também cabe ressaltar o combate às ameaças sofridas à integridade nacional, como a questão da Amazônia. Nesse estudo, é plausível considerar que o referido Estado hipotético buscou implementar medidas que assegurassem a manutenção do território, bem como potencializassem a exploração de seus recursos naturais a fim de maximizar a variável espaço.

A variável posição também é muito importante nos estudos do teórico, abrangendo todos os aspectos que capacitam a população de uma nação para uma postura expansionista. Nesse contexto, partindo da hipótese assumida, o Brasil hipotético que, à luz da teoria de Ratzel, é um ator relevante na América do Sul adota medidas visando à maximização dessa variável. Dentre todas as medidas possíveis, o desenvolvimento da educação e das Forças Armadas são ações de grande importância.

As Leis do expansionismo de Ratzel podem ser classificadas como internas e externas, sendo as externas aquelas em que o Estado não detém o controle sobre sua dinâmica, e as internas as que estão dentro da esfera de atuação de um Estado. Dentre elas, pode-se citar a Lei do nível de cultura, a Lei da penetração pacífica, a Lei das fronteiras e a Lei da aceleração do crescimento. Da análise dessas leis, é possível depreender a importância do crescimento do nível de cultura e do desenvolvimento em um contexto geral de um Estado para fortalecer sua relevância no cenário internacional.

Diante do supracitado, pode-se delinear como se apresentam as diversas variáveis citadas em um Estado relevante no cenário internacional sob a ótica de Friedrich Ratzel. Nas próximas seções, será abordado como realmente se apresentaram essas variáveis no território nacional no período de 1995 a 2003, durante os dois mandatos do presidente FHC. Será realizado um levantamento do que foi planejado com o objetivo de alcançar um fortalecimento destes fatores e o que realmente foi feito, para uma posterior defrontação com os parâmetros aqui apontados.

3 O BRASIL DE 1995 A 2003

Neste capítulo, organizado em cinco partes, serão abordadas as principais medidas adotadas pelo governo federal a fim de analisar a real evolução do Brasil, coadunando com a ótica delineada no referido modelo teórico. Na primeira seção, será avaliado o desenvolvimento do fator espaço de Ratzel, analisando a política de fronteiras. Na segunda, será observada a evolução da capacidade nacional de exploração dos recursos naturais – especificamente nos setores elétrico, agrícola, siderúrgico e petroquímico –, entendendo que a vigilância do território e sua capacidade de exploração são elementos essenciais da variável espaço. Na terceira seção, a ênfase será dada à grandeza posição por intermédio da análise do desenvolvimento das Forças Armadas. Na quarta, será analisada a evolução da educação e sua importância também para a variável posição. Finalizando, na quinta seção, será abordado como o governo federal tratou as questões relacionadas ao seu espaço vital, a América do Sul, por intermédio da análise da política externa brasileira no período.

3.1 A VARIÁVEL ESPAÇO – FRONTEIRAS

Uma das principais medidas de FHC relativa à segurança nacional foi a criação da Política de Defesa Nacional (PDN). Esse documento comprova a existência de objetivos e diretrizes para a questão das fronteiras no território brasileiro. Dentre os objetivos, temos a garantia da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais, além da preservação da coesão e da unidade da nação. Como diretrizes, constam a contribuição ativa para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração regional, além de outras, visando à proteção do território, ao aprimoramento dos sistemas de vigilância

das fronteiras e à capacitação das Forças Armadas para defender e vigiar as fronteiras (BRASIL, 1996).

A PDN veio elucidar a tentativa de direcionar o processo de fortalecimento do controle territorial por intermédio de uma política de fronteiras eficiente, que possibilitaria a integração de toda a área nacional e o combate aos diversos tipos de contrabando. Porém, segundo Scherma (2016), na prática, esse planejamento não foi tão bem executado.

Quando FHC assumiu o governo, o Brasil já possuía em andamento o projeto Calha Norte – que visava a contribuir para a manutenção da soberania nacional e da integridade territorial, buscando a ocupação e o desenvolvimento de regiões longínquas, de difícil acesso, e com baixa densidade demográfica – e os projetos Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) – que visavam à integração de diversos dados relativos à Amazônia e ao controle do seu espaço aéreo, respectivamente. Mas, em função de sérios problemas econômicos e políticos da época, a questão das fronteiras foi deixada em segundo plano, com a ausência de novas iniciativas e de projetos na área, além de fortes restrições orçamentárias (SCHERMA, 2016).

No segundo mandato de FHC, de acordo com Sherma, (2016), foi possível observar crescimento econômico em função do Plano Real – que combateu os altos índices de inflação – e com o incentivo ao MERCOSUL – que impulsionou iniciativas na política de fronteiras através de programas que visavam ao desenvolvimento socioeconômico de regiões periféricas no território nacional, onde a população vivia em condições mais precárias.

Segundo Vaz *et al.* (2015), o governo de FHC poderia ser dividido em duas fases distintas, separadas pela crise financeira e cambial de 1998. A primeira fase seria caracterizada por medidas de ajuste fiscal, abertura econômica, defesa do multilateralismo global e uma forte aproximação das potências hegemônicas, com uma atuação subserviente. Essa postura resultou em uma forte fuga de capitais, culminando na ruptura com essas potências e na alteração da

abordagem, que passou, na segunda fase, a visualizar a globalização econômica como um processo desigual e prejudicial ao desenvolvimento nacional.

Todo esse contexto prejudicou gravemente o fortalecimento da política de fronteiras nacional, que recebia algum incremento por intermédio do lançamento da PDN, do Conselho das Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN) e da criação do Ministério da Defesa pelo governo FHC. A PDN assumiu um papel importante na integração entre política externa e a política de defesa, oferecendo uma visão mais abrangente da defesa no projeto nacional. Contudo, a atuação no âmbito do fortalecimento da segurança nacional por meio de uma política de fronteiras consistente foi modesta, principalmente em função do forte problema econômico que acompanhou o período de governo de FHC (VAZ *et al.*, 2015).

Do exposto, é possível depreender que houve uma intenção no sentido de avançar no fortalecimento das fronteiras nacionais por intermédio da ocupação de regiões remotas de difícil acesso, com baixa densidade demográfica e precário desenvolvimento socioeconômico. É evidente que esse fortalecimento se daria pela ocupação dessas regiões por militares e empresas estatais, pelo incremento de programas e sistemas de vigilância, e pelo desenvolvimento destas áreas de fronteiras. Todavia, diversos problemas externos de caráter econômico e posturas equivocadas alusivas à política externa brasileira comprometeram sobremaneira esse planejamento inicial, que foi implementado com uma atuação modesta do governo federal da época. A quantidade de recursos alocados inviabilizava resultados expressivos para os diversos objetivos e diretrizes atinentes aos assuntos expressos na PDN.

Isso remete a um enfraquecimento da consolidação do território nacional quando avaliamos o desenvolvimento das fronteiras no período compreendido entre 1995 e 2003. Essa dinâmica ocorreu em virtude dos seguintes fatores: a oportunidade perdida de implementar com eficácia programas e iniciativas que culminariam em elevar as regiões limítrofes do território nacional a um patamar socioeconômico superior; o desenvolvimento modesto dos programas

de vigilância e monitoramento do território nacional; e o reaparelhamento das Forças Armadas para cumprir as diversas tarefas atinentes à defesa de nossas fronteiras ter ficado em segundo plano.

3.2 A VARIÁVEL ESPAÇO – RECURSOS NATURAIS

Segundo Goldenberg (2003), no campo energético, o Brasil possuía um sistema gerenciado, principalmente a partir dos anos 60, pelo setor público, composto por diversos órgãos de controle, monitoramento e planejamento, que permitiam uma operação com relativa capacidade autossustentável referente a custos e mapeamento estratégico ligados à demanda de produção. Entretanto, diversos fatores contribuíram para debilitar a capacidade de autofinanciamento da pasta, dentre eles estão a crise do petróleo de 1979, a elevada taxa de juros da dívida norte-americana – catapultando nossa dívida externa –, o comprometimento do financiamento do setor elétrico, as políticas de combate à inflação e a Constituição de 1988 que retirou fontes de recursos desse campo.

Assim, o setor energético passou a depender de recurso externo, gerando uma elevada dívida. Em 1993, a Lei nº 8.631 de 4 de março (BRASIL, 1993) reorganizou o ramo elétrico dentro de uma visão empresarial, restaurando uma parcela de sua capacidade de autofinanciamento. Mesmo assim, a pasta ainda convivia com problemas relativos a corrupção e má administração em algumas concessionárias (GOLDENBERG, 2003).

É nesse contexto que FHC assumiu o controle do país em 1995. Ele planejava uma reforma no ramo, que visava à separação entre as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização; à privatização, angariando recursos e transferindo para o setor privado a responsabilidade atinente a investimentos; à competição na geração e na

comercialização, objetivando o aumento da eficiência e queda dos preços; e ao livre acesso às redes de distribuição e transmissão, permitindo essa competição (GOLDENBERG, 2003).

À época, o corpo técnico da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) visualizava que a busca pela eficiência por meio da competição poderia prejudicar a capacidade de planejamento e operação integrada do sistema nacional. E que privatizações mal executadas poderiam comprometer a confiabilidade e a flexibilidade do sistema daquela época, que era composto por redes integradas, as quais, em caso de necessidade, se complementavam. Além disso, poderiam provocar o aumento de custos para o consumidor e a perda da capacidade de um gerenciamento estratégico a longo prazo (GOLDENBERG, 2003).

Mesmo cercada por críticas de diversos segmentos do setor energético, a reforma foi posta em prática por intermédio de uma Secretaria de Energia, criada no Ministério de Minas e Energia. O planejamento foi executado sem considerar as alternativas propostas pela parcela técnica e, em 1997, já era visível que uma crise alusiva à falta de energia elétrica no país tinha grande chance de ocorrer. Entretanto, é preciso apontar que também havia uma considerável ineficácia da gestão governamental frente às diversas entidades, com opiniões e propósitos distintos, aliada à ausência de uma coordenação central da Eletrobras. O novo sistema possuía diversos novos escalões de tomada de decisão e não conseguiu implementar um ambiente regulatório propício ao seu funcionamento (GOLDENBERG, 2003).

Todos esses problemas de gestão, aliados a outros problemas externos, culminaram na crise do apagão de 2001, em que o nível dos reservatórios das represas chegou a 30% de sua capacidade e a população brasileira foi obrigada a racionar energia, a fim de economizar 20%. Uma de suas principais causas foi a inexistência de um gerenciamento estratégico centralizado do setor. A situação só se normalizou com a chegada da estação das chuvas e a participação da população no racionamento. O chefe de Estado, então, por intermédio de uma medida

provisória, adotou uma série de medidas, visando ao retorno à situação de normalidade (GOLDENBERG, 2003).

Essa epopeia no setor energético teve como principal objetivo fomentar recursos para que o governo atendesse outras prioridades de sua gestão. Como resultado disso, o povo brasileiro, além de passar por um grave racionamento de energia, viu os custos energéticos sofrerem um aumento de aproximadamente 40% durante a gestão de FHC (GOLDENBERG, 2003).

Dessa forma, depreende-se que o setor energético recebeu uma atenção deficitária no período de 1995 a 2003. Uma reforma foi implementada em um curto período, sem planejamento adequado e sem participação de especialistas experientes na área. Toda essa reestruturação, que passou grande parte do macroprocesso de exploração de energia para o setor privado, se deu de maneira desordenada, comprometendo a capacidade de gerenciamento estratégico do sistema como um todo. Houve grandes prejuízos à população, que passou a pagar bem mais caro pela energia utilizada e foi obrigada a participar de um racionamento de energia em nível nacional.

No que diz respeito ao setor agrícola, segundo Alentejano (2004), a política do governo federal era pautada na eliminação das restrições às importações. Além disso, a realização de uma reforma agrária deficiente prejudicou o desenvolvimento do setor no período. A reforma realizada desapropriou 16 milhões de hectares, cerca de 14% do total das terras improdutivas do país, de acordo com levantamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Aos trabalhadores do campo, destinatários de frações dessas desapropriações, foi concedido um financiamento pautado em juros que rapidamente orbitaram bem acima da inflação, cerca de 260%.

O governo planejava reduzir a população do campo por intermédio da modernização da produção, voltada principalmente às exportações, priorizando a produção em

larga escala dos produtos mais aceitos no mercado internacional e com a importação dos demais produtos. Tudo isso prejudicou drasticamente a agricultura familiar, reduzindo o preço dessa produção em cerca de 47% (ALENTEJANO, 2004).

Alentejano (2004), em sua pesquisa, depreende que grande parte dos assentamentos realizados pelo governo foi, na verdade, a concessão de títulos definitivos a posseiros que já ocupavam essas áreas. Não houve desapropriação de novas terras improdutivas e muito menos alocação de pessoas que não tinham acesso a essas terras. Em paralelo a esse processo, muitos produtores do campo estavam sendo expulsos do meio rural – cerca de 500 mil pequenos produtores – entre os anos de 1995 a 2000.

Esse processo se verifica devido à precariedade dos preços dos produtos agrícolas oriundos das pequenas propriedades, à ausência de um apoio técnico e de crédito financeiro e às péssimas condições de armazenamento e escoamento da produção. Esse cenário se agravou ainda mais com a abertura da economia ao mercado internacional e o com o sucateamento do aparelho estatal de pesquisa e extensão, que resultou em um número de famílias que perderam suas terras muito maior do que o de famílias que foram assentadas (ALENTEJANO, 2004).

A maior parte dos incentivos do governo se destinou aos grandes proprietários, incentivando o modelo tradicional de concentração fundiária. Como resultado dessa política, de acordo com os censos realizados entre os anos de 1985 e 1996, temos uma redução da área cultivada em cerca de 8 milhões de hectares, uma queda brusca na venda de tratores e um crescimento da produção agrícola 11% menor que o crescimento da população, aumentando o problema da fome no país. Os principais investimentos do governo federal no setor foram a liberação de 45 bilhões de reais para usineiros, 2,5 bilhões para cooperativas de grande porte – associados a créditos bancários com taxas de juros bastante atrativas para grandes proprietários rurais financiados pelo Estado – e um significativo investimento de 20 bilhões de reais nos corredores de exportação de soja e de outros grãos (ALENTEJANO, 2004).

Segundo Blecher (1999), no primeiro mandato de FHC, o valor da produção rural chegou à média de 59,1 bilhões de reais, bem abaixo da média do período anterior (62,9 bilhões de reais), totalizando uma queda de 15,1 bilhões de reais nos quatro anos. Neste estudo, verificou-se que, em 1999, houve uma queda nos preços dos produtos agrícolas de aproximadamente 19,4% em comparação ao mesmo período do ano de 1998. Na década, a redução chegou a 32,5%. Essa queda se deu principalmente em função da valorização da taxa de câmbio, das altas taxas de juros reais no período, das baixas tarifas das importações e da crise econômica da época.

No Brasil, ocorreu uma abertura comercial desorganizada e irresponsável. O país efetuou uma drástica redução das suas taxas de importação, enquanto os países desenvolvidos que negociavam conosco mantinham subsídios em seus produtos agrícolas. Essa dinâmica aniquilou qualquer possibilidade de concorrência para os produtos nacionais, resultando no aumento exacerbado da importação de produtos do *agribusiness*². Em 1990, os custos das importações giraram em torno de US\$ 2,5 bilhões por ano, chegando a US\$ 4,5 bilhões em 1994 e atingindo a marca de 6,4 bilhões em 1997. Todos estes eventos também refletiram em uma queda nas vendas do maquinário agrícola de 50% em 15 anos (BLECHER, 1999).

Do exposto, conclui-se que o setor agrícola foi deixado para segundo plano pela administração do governo federal. As políticas implementadas impulsionaram poucas atividades específicas exercidas por grandes produtores, ao passo que a maioria se viu marginalizada no processo. Isso culminou em um dos maiores retrocessos do setor ao longo da história. Mais uma vez, fica evidente que nesse período outros problemas do Estado foram priorizados e sua resolução se deu a custo da marginalização de diversos setores, como, nesse caso, o agrícola.

² Soma total de todos os fatores, desde a pré-originação do que se produz nos campos, passando pela produção propriamente dita, e com o que vem a seguir das fazendas, chácaras, granjas e aquaculturas (TEJON, 2019).

Nos setores siderúrgico e petroquímico, é encontrada uma realidade diferente. O recorte temporal dessa pesquisa se verifica após um período de privatizações de grande parte dessas empresas que, de forma geral, apresentaram redução de seu corpo administrativo e modernização de seus processos de exploração, culminando em um relativo crescimento em ambos os setores.

No setor siderúrgico, segundo Salinas (2003), as empresas privatizadas obtiveram uma melhora significativa em seus resultados devido a uma série de fatores, como a administração mais enxuta, técnica e permanentemente focada em lucros; o fortalecimento da indústria como grupo empresarial; a redução de custos significativa e aumento da produtividade; e os investimentos em tecnologia, meio ambiente, logística e infraestrutura. Aliado a todas essas mudanças positivas, em 1994 iniciava o Programa de Modernização da Siderurgia Brasileira, com investimentos na ordem de 10,4 bilhões de reais no período de 1994 a 2000. Todo esse cenário de austeridade culminou em excelentes resultados financeiros³.

Para Salinas (2003), a política de privatizações consolidou a indústria siderúrgica nacional no mercado internacional e trouxe outros benefícios, como o aumento da arrecadação de impostos e o desenvolvimento social e econômico do seu entorno. Além disso, com a modernização das indústrias e todas as medidas implementadas, a produção nacional de aço alcançou números significativos⁴ que se mantiveram estáveis, com apenas pequenas oscilações decorrentes de alterações no cenário internacional e no mercado interno.

O setor petroquímico, segundo Santos (1996), se comportou de maneira similar ao siderúrgico. As privatizações impulsionaram as produções e aglutinaram o núcleo principal dessas empresas, antes descentralizado, e permitiram a participação do capital privado no desenvolvimento do setor. Com investimentos da ordem de US\$ 1,57 bilhão no período de 1996

³ TAB 1 - Indicadores das Empresas Siderúrgicas Privatizadas – 1992/95.

⁴ TAB 2 - Indicadores da Siderurgia Brasileira.

a 1999, foi planejada a criação de um novo polo gás-químico no Rio de Janeiro, além da expansão dos já existentes na Bahia, em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

A produção de etileno, matéria-prima básica do setor, teve um acréscimo de 0,9 milhão de tonelada por ano. A Companhia Petroquímica do Sul (Copesul) planejou aumentar a produção do componente em 400 mil toneladas por ano, com investimentos da ordem de US\$ 500 milhões. A Petroquímica União (PQU), em São Paulo, investiu US\$ 100 milhões a fim de ampliar sua produção em 100 mil toneladas por ano. A Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene), sendo a maior central de matérias-primas do setor, investiu US\$ 138 milhões, ampliando sua capacidade em 0,1 milhão de tonelada por ano (SANTOS, 1996).

Analisando os dados de Santos (1996) e Salinas (2003), verifica-se que os setores siderúrgico e petroquímico, por intermédio da implementação de uma gestão empresarial e de uma adequada alocação de recursos, obtiveram resultados expressivos entre os anos de 1995 e 2003. Isso permitiu o crescimento de ambos os setores, resultando em grande desenvolvimento de sua área administrativa, de sua infraestrutura e na modernização de diversos processos da produção, o que possibilitou ao Brasil atender ao mercado interno com melhores condições e disputar com potências estrangeiras o mercado internacional.

3.3 A VARIÁVEL POSIÇÃO – O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

De acordo com Castro e Menezes (2003), a educação era uma das metas prioritárias no programa de governo de FHC. Um avanço no setor era fundamental, a fim de inserir o país no novo contexto mundial, globalizado e competitivo. Entretanto, a educação da época enfrentava sérios problemas, como altas taxas de repetência, de evasão e de analfabetismo, e

progressão dos alunos com distorções, concentrando um número maior de estudantes no ensino fundamental em comparação aos outros níveis.

Baseada nesse contexto, a equipe de governo depreendeu que as principais causas dessas problemáticas estariam nos altos índices de repetência e na má gestão dos recursos. A solução para isso seria dar atenção prioritária ao ensino fundamental, através de uma série de procedimentos dos quais um dos principais era a descentralização das ações, alocando os recursos majoritariamente na atividade-fim (CASTRO; MENEZES, 2003).

Havia a necessidade de articular, através de políticas de financiamento, as redes de ensino em todos os níveis (federal, estadual e municipal). Para tal, foram implementadas ações básicas, como assegurar que os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fossem aplicados no ensino fundamental pelas escolas, por intermédio de uma política de fiscalização da utilização dos recursos via controle de resultados; buscar uma homogeneidade do país, por meio da definição dos conteúdos curriculares; assegurar que todos receberiam o livro didático aprimorado, buscando melhor qualidade no ensino; descentralizar e adequar os recursos da merenda escolar; dar atenção especial aos bolsões de pobreza, que seriam definidos pelo Programa Comunidade Solidária como política complementar; criar e fazer uso de um sistema de estatísticas educacionais; e modernizar o sistema de avaliação do ensino fundamental (CASTRO; MENEZES, 2003).

Foi criado, em 1995, o Programa de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (PMDE). Sua principal função era assegurar que os recursos do FNDE fossem distribuídos diretamente para as escolas estaduais e municipais de ensino fundamental, a fim de fortalecer sua autonomia. E em 1996, foi aprovada a Emenda Constitucional 14 (EC/14), que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e que possuía como principal objetivo melhorar a qualidade do ensino, vinculando recursos à valorização e à capacitação dos professores (CASTRO; MENEZES, 2003).

O governo federal, a fim de equacionar os problemas existentes na educação, estabeleceu uma série de medidas. Por meio do Plano Plurianual de 1996 a 1999 e das Leis de Diretrizes Orçamentárias de 1995 a 1998 criou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁵ (LDB); criou o Programa Comunidade Solidária⁶; o Bolsa-Escola⁷; fortaleceu e modernizou o Sistema de Avaliação da Educação Básica⁸ entre muitas outras. Essas iniciativas resultaram em melhorias significativas no ensino fundamental, como a descentralização da gestão; a distribuição dos recursos para a ponta da linha, melhorando a qualidade do ensino e dos professores; a padronização do conteúdo curricular; a evolução da gestão das merendas; e a distribuição do material didático. Todos esses progressos foram confirmados pelos relatórios do Fundo de Apoio ao Estudante (FAE) e do FNDE (CASTRO; MENEZES, 2003).

Vale ressaltar que, apesar dos avanços apontados, ainda persistia uma quantidade pequena de canais que permitiam a participação dos outros níveis do governo, da sociedade civil e de outros atores da educação na formulação das políticas públicas, o que limitou a evolução da educação no Brasil (CASTRO; MENEZES, 2003).

Analisando os levantamentos do professor José Marcelino de Rezende Pinto (2002), encontra-se uma visão mais crítica relativa à atuação do governo federal no período. Segundo o autor, embora o governo federal, por intermédio do Ministério da Educação (MEC) – que tinha à frente o Ministro Paulo Renato de Souza nos dois mandatos de FHC e contava com

⁵ Relevante Lei que institucionaliza os novos marcos e diretrizes que passaram a reger a gestão da política educacional brasileira (CASTRO, 2003).

⁶ Responsável pela seleção de algumas áreas consideradas “bolsões de pobreza,” para as quais se daria um atendimento diferenciado, tal como o aumento dos níveis nutricionais da alimentação fornecida diariamente (CASTRO, 2003).

⁷ Em 1999, foi criado o Programa de Garantia de Renda Mínima, assegurando, em média, R\$ 37,47 mensais para as famílias manterem cada um de seus filhos na escola. Mais de 500 mil famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo, com filhos matriculados em escolas públicas, foram beneficiadas, representando um dispêndio de R\$ 226,60 milhões. Essa iniciativa do governo federal conta com a parceria das prefeituras (CASTRO, 2003).

⁸ O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) foi criado com a finalidade de aferir a aprendizagem dos alunos e o desempenho das escolas, além de prover informações para avaliação e revisão de planos e programas de melhoria da qualidade da educação. Foram realizadas avaliações, por meio de testes e questionários, nos anos de 1990, 1993, 1995, 1997, 1999 e 2001, com sucessivos aperfeiçoamentos técnicos e metodológicos, visando ao efetivo cumprimento dos objetivos do sistema (CASTRO, 2003).

hegemonia no congresso em virtude da coalizão de centro-direita –, tenha aprovado diversas medidas que impactaram de maneira significativa no financiamento da educação, as melhoras efetivas alocadas no macroprocesso educacional na ponta da linha são questionáveis.

Apesar da aprovação da LDB ter sido importante, em sua tramitação ela sofreu inúmeros cortes e adaptações. Foi reduzido o valor do arrecadamento, desconsiderando gastos com transportes, material escolar, aposentadoria dos magistrados, entre outros. Também foi retirado do texto a limitação do número máximo de alunos por professor e uma série de benefícios incorporados à carreira docente. O texto aprovado, embora tenha trazido alguns benefícios, alterou muito pouco a situação existente na Constituição de 1988 referente à pauta (PINTO, 2002).

Outra medida de grande impacto foi a criação do Fundef. É importante ressaltar que esse programa foi aprovado com um conjunto de medidas que retiraram da Constituição Federal de 1988 o compromisso de erradicar o analfabetismo e de garantir o ensino fundamental para aqueles que não tiveram acesso pelos programas presenciais. O Fundef garantia recursos aos alunos matriculados no ensino fundamental, o que aumentou sensivelmente o número de alunos matriculados na rede municipal de ensino (PINTO, 2002).

Diversos problemas começaram a acontecer enquanto as medidas iam sendo implementadas. O governo federal não cumpriu com os custos designados pela fórmula de cálculo a ser gasto por aluno, houve um grande desinteresse dos poderes públicos em investir nos outros níveis de ensino, muitos estados e municípios contabilizaram outros gastos como sendo com ensino e o mais grave foi a municipalização do ensino fundamental, alicerçado em um fundo com previsão de término em 2006, sendo que notoriamente os municípios não teriam condições de arcar com esses gastos sem o aporte do fundo (PINTO, 2002).

O Plano Nacional de Educação (PNE), outro documento normativo de grande importância, estabelecia diretrizes e metas para o setor da educação em um período de 10 anos,

a partir de sua aprovação. Por ocasião de sua confecção, foi realizado o Congresso Nacional de Educação em Minas Gerais, com uma série de entidades de diversos estados especializadas em gestão da educação. Esse congresso resultou em uma proposta técnica liderada por especialistas da área e que foi encaminhada para votação. Entretanto, o projeto aprovado era um híbrido entre essa proposta técnica e a do governo, que sofreu inúmeros vetos presidenciais (PINTO, 2002).

A proposta técnica estabelecia um parâmetro de custo por aluno, que garantia um ensino de qualidade e vinculava esse custo às demandas em todos os níveis, alcançando um valor preciso de arrecadação para atingir o propósito. Como resultado, verificou-se a necessidade de fixar um gasto no valor de 10% do PIB por 10 anos, a fim de reduzir os problemas históricos causados pelo baixo investimento em educação. Posteriormente, esse valor poderia ser fixado em 6% do PIB. Porém, o texto aprovado não fixava um valor mínimo de custo por aluno nem previa parcela do PIB para a educação. Foi mantido, então, o valor destinado na época de 4,5% do PIB, bem abaixo do necessário para corrigir as falhas naquele momento (PINTO, 2002).

Segundo Pinto (2002), nos dois mandatos de FHC, o país verificou um aumento progressivo da carga tributária, entretanto esses aumentos não refletiram em aumentos de investimentos na educação. Essa dinâmica resultou de dois fatores principais: a maior parte do aumento tributário ocorreu no âmbito federal – responsável por apenas 25% dos gastos com a pasta e que reduziu seus gastos com a educação no período – e o aumento da receita se deu por intermédio de fundos e contribuições, como o Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), e eles não são direcionadas para o ensino (somente impostos) nem para estados e municípios.

Apesar do antagonismo verificado entre Castro, Menezes (2003) e Pinto (2002), é possível levantar conclusões relevantes acerca da gestão do MEC no governo de FHC. Uma série de medidas, em todos os níveis, efetivamente foram planejadas para solucionar os diversos

problemas existentes na educação, a fim de elevar o nível educacional da população brasileira, reduzir as desigualdades sociais e permitir a inserção no mercado de trabalho de pessoas com uma maior capacidade intelectual e profissional. E, dessas providências, alguns resultados foram alcançados, melhorando números da educação como a taxa de analfabetismo, o índice de reprovação, a qualidade do ensino fundamental, entre outras. Entretanto, o governo também cometeu relativos erros em decisões e perderam a oportunidade de alavancar a qualidade do ensino nacional e de resolver problemas presentes na nossa educação por um período demasiadamente longo.

Em que pese os erros e acertos da gestão federal tema desse estudo, salta aos olhos as alterações que alicerçaram a base e a evolução do ensino fundamental nos municípios, em fundos finitos sem medidas programadas para dar continuidade ao planejamento, transferindo um sério problema aos futuros governos.

3.4 A VARIÁVEL POSIÇÃO – AS FORÇAS ARMADAS

Para FHC, a defesa tinha um importante papel no desenvolvimento do país. De acordo com texto da primeira PDN lançado por seu governo em 1996,

O quadro de incertezas que marca o atual contexto mundial impõe que a defesa continue a merecer o cuidado dos governos nacionais e que a expressão militar permaneça de importância capital para a sobrevivência dos Estados como unidades independentes. Não é realista conceber um Estado de razoável porte e influência internacional que possa abdicar de uma força de defesa confiável. As Forças Armadas são o instrumento para o exercício do direito de autodefesa, direito esse, aliás, inscrito na carta da Organização das Nações Unidas (BRASIL, 1996, p. 5).

Esse documento já apontava para a maneira como se daria o desenvolvimento das Forças Armadas em seu governo, dando especial importância a seu preparo, seu reaparelhamento e seu emprego. A PDN, como já mencionado, trazia objetivos e diretrizes

voltados para o contínuo desenvolvimento do Exército, da Marinha e da Aeronáutica (BRASIL, 1996).

Em sua proposta de governo, FHC previu a mobilização das Forças Armadas no âmbito interno, combatendo o crime organizado. Entretanto, tal medida se daria apenas como último recurso, em contextos extremos, a fim de reestabelecer a situação de normalidade nacional. Enfatizou também a atenção especial que daria às Forças Armadas, entendendo sua importância para nações que almejam destaque internacional. Dentro desse contexto, o documento visualizava a necessidade da modernização e aparelhamento das três Forças, além do recebimento de remuneração justa e treinamento adequado (CARDOSO, 2008).

Ao assumir o governo em 1995, fica evidente que o planejamento inicial era alcançar um adequado nível de evolução no âmbito da defesa. Para FHC, o aprimoramento das Forças Armadas fazia parte de um plano maior, visando ao desenvolvimento da nação. Sua proposta de governo e, posteriormente, a PDN traziam em suas redações, mesmo que de maneira sucinta, o caminho a ser percorrido a fim de alcançar tal objetivo, que alavancaria o Brasil no cenário internacional.

Segundo Fernandes (2006), FHC dispunha de apoio populacional, havia sido eleito com uma forte margem no primeiro turno e soube montar uma forte base de apoio nas duas Casas, o que possibilitou a implementação de modificações mais profundas no Estado brasileiro. Sua análise da trajetória do governo federal se pautou no estudo da evolução das mensagens ao Congresso⁹ ao longo dos anos e do orçamento destinado à defesa. Observou-se, nas mensagens, um aumento gradativo das preocupações com a defesa e temas importantes como equipamento, capacitação e a Amazônia. Cabe ressaltar que, no início do primeiro

⁹ Documentos enviados anualmente ao Congresso, pelo Presidente da República e que, à similaridade do que se passa nos Estados Unidos da América, onde é um instrumento do sistema de *checks and balance*, característico do relacionamento entre os poderes daquele país, procura demonstrar para o Legislativo Federal o “estado da nação” e o entendimento do Executivo daquilo que foi feito e do que se vislumbra para o ano vindouro (FERNANDES, 2006).

mandato, as preocupações com os assuntos relacionados à defesa eram levantadas basicamente pelos militares, os quais buscavam maior sensibilidade e apoio dos decisores sobre essas questões.

Com o decorrer de seu governo, nos anos seguintes, foi possível observar um aumento da relevância do tema, inicialmente com a criação da PDN e posteriormente com a criação do Ministério da Defesa em substituição aos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Observou-se maior destaque para o tema e maior participação de civis em assuntos relacionados à defesa, principalmente, do Ministério das Relações Exteriores (FERNANDES, 2006).

Atinente à elaboração do documento, de acordo com Fernandes (2006), pode-se verificar duas fases. Na primeira, quando parte do documento foi elaborada pelo Estado Maior das Forças Armadas, verificou-se a presença de dados numéricos e informações mais específicas e relevantes. Na segunda fase, quando o documento esteve sob a égide do Ministério da Defesa, ocorreu uma mutação em sua vertente, que passou a possuir um caráter propagandista em relação às ações executadas pelo governo.

Foi constatado que, nos oito anos de mandato, não se aproveitou a oportunidade de comunicação e coordenação entre os poderes que a mensagem ao Congresso poderia angariar. O documento não abordou problemas do setor ou oportunidades de melhoria que poderiam motivar o Senado e a Câmara dos Deputados a despender uma maior atenção aos assuntos atinentes à defesa (FERNANDES, 2006).

No que diz respeito à parte orçamentária, Fernandes (2006) enfatiza a importância de estudar esse tema, tendo em vista que materializa a vontade política por meio de ações. Toda ideia ou planejamento se torna realidade na medida em que se é disponibilizado recurso para tal. O orçamento da defesa é fortemente influenciado por fatores políticos, pressões externas, limitações econômicas, pesquisa e desenvolvimento, ameaças e o cenário internacional.

Também cabe ressaltar fatores geopolíticos que dimensionam a capacidade da defesa, tais como extensão territorial, população, fronteiras e plataforma continental. Todos esses fatores determinam as reais necessidades do país.

O que se observou na prática foi um estrangulamento dos recursos destinados à defesa no período. Isso ocorreu em contraste com as características marcantes do território brasileiro, possuidor de dimensões continentais, de um elevado número de habitantes e de uma enorme extensão da faixa de fronteiras que fazem divisa com quase todos os países da América do Sul, corroborando para a grande importância da pasta. Entretanto, a disponibilidade limitada de recursos, a presença de inúmeras deficiências e problemas sociais justificaram a baixa prioridade que a defesa recebeu, limitando sobremaneira o desenvolvimento das Forças Armadas naquele tempo (FERNANDES, 2006).

Segundo Fernandes (2006), o Brasil ainda apresenta outro problema no setor orçamentário: os gastos com seguridade social e saúde, que acabam por limitar a aplicação dos recursos na defesa. Em uma análise comparativa, o autor identifica que os gastos com a defesa do Brasil, em valores absolutos, se destacam quando comparados à América do Sul e chegam a ser semelhantes a alguns importantes países como Espanha e Austrália. Com relação à porcentagem do PIB destinado à defesa, o autor verifica uma maior aproximação entre os países sul-americanos, entretanto, sem considerar isso um dado relevante.

Foi verificado que uma parcela significativa do orçamento da defesa foi gasta com pagamento de pessoal e que, no período, pôde ser observado que os gastos com pessoal se mantiveram constantes e equiparados à inflação, em função de correções salariais. Entretanto, os gastos com investimento sofreram cortes e se mantiveram muitas vezes abaixo da inflação. Essa dinâmica indica um processo de sucateamento do poder de combate das Forças Armadas, que foram obrigadas a manter núcleos mínimos de modernidade em condições operacionais denominados Forças de Ação Rápida (FERNANDES, 2006).

Algumas medidas tiveram seus efeitos minimizados, como a criação da PDN – que visava a integrar a sociedade e as Forças Armadas – devido ao seu texto muitas das vezes econômico, e como a criação do Ministério da Defesa – que visava a uma maior integração entre as próprias Forças Armadas – devido ao seu caráter embrionário (FERNANDES, 2006).

No Ministério da Defesa, ao término do segundo mandato de FHC, ainda não se verificava resultado efetivo da integração e, sim, algumas indicações por questões políticas, que resultaram em ministros sem a qualificação ideal para a pasta. Mesmo com todos os problemas, Fernandes (2006) identifica essas medidas como um legado de FHC no desenvolvimento de uma cultura de defesa nacional.

A partir do exposto, é possível verificar que existiu um planejamento satisfatório relacionado à defesa, apresentando-se como embrionário no desenvolvimento de uma cultura de defesa pela sociedade brasileira e de uma maior integração das Forças Armadas. Ele não foi acompanhado pela alocação de recursos do orçamento, que mesmo sobressaindo quando comparada à alocação de recursos de outras nações, ainda estava aquém das necessidades de um país com dimensões continentais como o Brasil.

Analisando os dados do *Stockholm International Peace Research Institute* (2018) disponibilizado pelo The World Bank no GRAF. 1 e 2 e na TAB. 3 (ANEXO C), pode-se depreender que a média dos gastos em porcentagem do PIB disponibilizado pelo governo federal ao longo dos dois mandatos é inferior à média dos anos anteriores. Essa diferença fica ainda mais expressiva quando comparamos ao período anterior ao término do regime militar. Em contraponto, essa mesma média é maior do que a média disponibilizada pelos governos que sucederam a FHC e girou em torno 1,7% do PIB.

Ao analisar essa média em comparação à média de alguns dos principais países da América do Sul, verifica-se uma certa equivalência, com flutuações que variam entre 1,1 a 3,4% do PIB. Tal fato pode ser considerado como negativo, pois equipara os graus de importância

que essas nações dedicaram à defesa, quando, no caso do Brasil, era esperado a assunção de uma posição de destaque.

Os dados referentes aos gastos com Forças Armadas em bilhões de dólares apresentados nos GRAF. 3 e GRAF. 4 e na TAB. 4 (ANEXO D) mostram um acréscimo dos investimentos do governo federal quando comparamos a média do período aos anos relativos aos governos anteriores. Entretanto, essa mesma média se mostra menor quando comparada aos anos dos governos que sucederam a FHC. No contexto da América do Sul, observamos o Brasil assumir uma posição de destaque ao analisarmos a média, em valores absolutos, de gastos com Forças Armadas no período em comparação à média de outros importantes países do continente sul-americano.

Esses dados, em valores absolutos, podem aparentar um relativo destaque do Brasil na América do Sul no que diz respeito aos gastos com defesa. Entretanto, ao analisar as TAB. 5, 6 e 7 (ANEXO E), verifica-se que, no que se refere aos gastos com a defesa em relação à extensão territorial dos principais países da América do Sul, o Brasil gastou aproximadamente USD 672 por quilômetro quadrado, apresentando o menor valor entre os países sul-americanos selecionados para nossa análise. Em relação aos recursos destinados à defesa, considerando a população, o Brasil apresenta um valor aproximado de USD 68 por habitante, ficando abaixo de Chile, Colômbia e Argentina e superando Peru e Venezuela. Na TAB. 7 (ANEXO E), verifica-se que o Brasil apresenta o dado de um militar para cada 40,4 km² do território nacional, sendo a menor distribuição militar por área dentre todos os países selecionados em nossa análise. Cabe ressaltar que estes parâmetros não definem, exclusivamente, um Estado forte ou fraco, quando analisados. Porém, auxiliam o entendimento do potencial do recurso alocado à defesa diante da área a ser defendida e os cidadãos que a habitam.

Por fim, relativo a todo conteúdo exposto inerente ao desenvolvimento das Forças Armadas no período, é factível depreender que algum legado o governo federal deixou no

desenvolvimento dessas Forças. Nos primeiros anos, os textos do programa de governo e da própria Política de Defesa Nacional apontavam para um crescente aprimoramento da defesa. Medidas como a criação da PDN e do Ministério da Defesa aproximaram nossa estrutura das estruturas vigentes em muitos países desenvolvidos. Entretanto, nossa cultura política ainda embrionária, muitas vezes, dificultou a manutenção do transcrito na Constituição no que diz respeito à capacidade técnica do corpo político que comporia os ministérios do governo. Na defesa, verificou-se a inexperiência de alguns civis que ocuparam a pasta nos seus primeiros anos, o que nos leva a questionar se outras soluções para a integração das Forças Armadas se adequariam, em melhores condições, ao contexto político nacional.

Ficou nítido que os recursos destinados a executar todo o planejamento gerenciado por FHC estavam bem abaixo do necessário para alavancar o país nesse setor, e que outras áreas com inúmeras problemáticas e necessidades, principalmente as áreas sociais e econômicas, receberam prioridade à época.

No contexto da América do Sul, ao analisar os recursos em relação ao território e à população, depreende-se que o Brasil ainda não despertou para seu tamanho e sua importância na região, de maneira que os dados revelam uma maior atenção destinada por outros países ao setor de defesa em comparação à atenção que o Brasil dá à pasta.

Outro ponto importante observado são os efetivos alocados às Forças Armadas defrontados com a extensão territorial dos países, divergindo de Fernandes (2006), quando afirma que o Brasil tem boa parte do orçamento da defesa comprometido com pagamento de pessoal. Na verdade, o Brasil deveria ter um efetivo condizente com sua extensão territorial e população, o que está bem abaixo do necessário, como mostra a TAB. 7 (ANEXO E), principalmente em comparação a outros países sul-americanos. O Brasil necessita de um efetivo condizente com seu porte continental e um orçamento que permita uma condição digna de

trabalho a esses militares, além do desenvolvimento de seu poderio militar, o que, à época, encontrava-se bem distante de tornar-se realidade.

3.5 O *LIBESRAUM*

Como já foi definido anteriormente no modelo teórico desse estudo, a América do Sul é o entorno estratégico do Brasil, o qual demanda um protagonismo consistente em todas as ações do cenário internacional. Segundo Farias (2011), ao longo de seu período à frente da presidência, FHC buscou a evolução do MERCOSUL através de um processo de integração regional, que contou com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto. Tal fato deu personalidade jurídica de direito internacional público ao MERCOSUL, houve a criação de órgãos essenciais do bloco, dotando-o de competências específicas, além da conclusão da tarifa externa comum.

Em seu segundo mandato, o país enfrentava problemas para manter a política econômica, sofria com fortes pressões do FMI e em paralelo ocorriam crises no sistema internacional, como as do México, da Ásia e da Rússia. Essa conjuntura acabou por desvalorizar o real e afetou o processo de integração do bloco, com o surgimento de divergências a respeito da política econômica de seus membros. A adoção de uma conduta de Estado normal, subserviente ao centro hegemônico do capitalismo e a assinatura do tratado de não proliferação nuclear, junto com a globalização, que delineou a relação assimétrica entre desenvolvidos e emergentes, foram condutas extremamente nocivas aos países da América Latina, que perdiam claramente capacidade de coerção efetiva e eram prejudicados por essas relações comerciais desproporcionais (FARIAS, 2011).

Como antídoto para todo esse cenário nocivo, a integração regional e a tarifa externa comum eram uma solução possível para alavancar as economias latino-americanas. A fim de operacionalizar tais medidas, FHC propôs organizar a Cúpula dos Países Sul-americanos.

Entretanto, as diversas divergências dos países membros impossibilitaram uma integração mais firme do MERCOSUL, inviabilizando o processo (FARIAS, 2011).

A Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA), iniciativa norte-americana, visava a uma livre integração comercial do hemisfério. Embora o Brasil estivesse reticente em relação a essa política, acreditando na necessidade de um prévio fortalecimento de seu mercado interno, as opiniões sul-americanas eram divergentes. Assim, a fim de equalizar essas divergências, FHC convocou a primeira reunião dos países da América do Sul, realizada em 2000 em Brasília (FARIAS, 2011).

Nas crises externas vivenciadas no período, observou-se o Brasil assumindo um protagonismo e um papel mediador. Pode-se citar as questões do conflito armado entre Peru e Equador na região do rio Cenepa em 1995, as crises políticas no Paraguai em 1996 e 1998 e a questão do narcotráfico e do controle de uma parcela do território colombiano pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Em todos esses cenários, o Brasil teve relevante atuação (FARIAS, 2011).

A partir do exposto, analisando as colocações de Farias (2011), observa-se movimentos no sentido de fortalecer a América do Sul como unidade e iniciativas visando a assumir a liderança em diversas questões conflitantes da região. Isso se contrapõe às medidas que minaram a capacidade coercitiva da nação, que aliadas às divergências atinentes às políticas econômicas dos Estados membros e aos próprios problemas econômicos internos do país culminaram em um desenvolvimento modesto desse protagonismo.

Segundo Vizentini (2005), FHC assumiu as seguintes metas: desenvolver a integração regional, aprofundando o MERCOSUL; estimular a estratégia de diversificação de parceiros nas relações bilaterais; agir junto às organizações econômicas multilaterais, em especial à Organização Mundial do Comércio (OMC); e alcançar *status* de potência

internacional, tornando-se um membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

O MERCOSUL apresentou-se como um modelo de sucesso econômico e político estratégico. Entretanto, observa-se um declínio a partir de 1999, em função de divergências entre parceiros e pressões da ALCA. No cenário externo à América sul-americana, o Brasil buscou parcerias com União Europeia, Índia, Malásia, China e Rússia, procurando soluções alternativas à unilateralidade norte-americana. Entretanto, deixou de cumprir muitos dos itens acordados ou abandonou alguns parceiros, como no caso da Índia quando denunciou, unilateralmente, o acordo de cooperação tecnológica com o país, que realizou testes atômicos (VIZENTINI, 2005).

O segundo mandato de FHC foi marcado por uma crise econômica, por divergências entre os membros do MERCOSUL – principalmente Brasil e Argentina, que tinham políticas econômicas e posicionamentos em relação a ALCA distintos – e por fortes pressões da ALCA para a adesão tempestiva dos países sul-americanos. Toda essa dinâmica, aliada ao fato de que os países membros não aproveitaram os anos de glória do MERCOSUL para fortalecer o mercado interno, lançando políticas efetivas no campo tecnológico e macroeconômico, resultou em uma evolução modesta como bloco econômico internacional (VIZENTINI, 2005).

Visando à resolução de toda essa problemática, foram efetuadas duas reuniões de cúpula dos países sul-americanos, uma no Brasil em 2000 e outra no Equador em 2003. Essas reuniões buscaram o fortalecimento das redes de transporte, telecomunicações, energia, gasodutos, oleodutos, entre outras, que seriam interligadas, gerando condições materiais para a integração das economias e uma maior integração entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina – bloco econômico formado por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Entretanto, pouco se conseguiu avançar nesses dois objetivos (VIZENTINI, 2005).

Analisando os dois autores, é possível depreender que muito se aspirou em busca de um fortalecimento da América do Sul e que o Brasil por diversas vezes atuou reforçando seu papel de vanguarda no continente. Por outro lado, algumas medidas foram na contramão dessa evolução. O resultado foi um emaranhado de erros e acertos em que, mesmo observando um maior número de acertos, fatores externos, como crises de outros países, dificuldades de encontrar um consenso nas políticas externas do bloco frente ao sistema internacional, a perda da oportunidade de fortalecimento do MERCOSUL e as pressões do sistema internacional, culminaram em um desenvolvimento modesto do bloco sul-americano, da união entre os países desse continente e da postura de vanguarda do Brasil na América do Sul.

4 O CONFRONTO ENTRE O MODELO TEÓRICO E A REALIDADE DE INTERESSE

No segundo capítulo, foram descritos os conceitos necessários ao melhor entendimento desse trabalho, destacando-se uma apropriação do modelo teórico de Friedrich Ratzel. No capítulo seguinte, foi efetuada uma análise a partir de diversos autores, a fim de delinear a atuação do governo federal brasileiro no período de 1995 a 2003, em setores selecionados de acordo com a teoria supracitada. Na categoria espaço, a política de fronteiras e a exploração dos recursos naturais são fatores preponderantes, e a atuação do governo federal nessas áreas tem grande influência para o desenvolvimento dessas pautas, a fim de determinar a evolução dessa variável. No que diz respeito à posição, a educação e a evolução das Forças Armadas no período foram definidas como quesitos fundamentais. Sendo assim, buscou-se analisar a atuação da equipe de FHC no sentido de contribuir para o crescimento desses fatores e, por consequência, da posição brasileira. Além disso, respeitando o contexto temporal desse estudo, efetuou-se uma análise da política externa brasileira na América do Sul, visando a definir a atuação do governo federal no tocante ao espaço vital brasileiro.

No corrente capítulo, será desenvolvida a comparação dos elementos supracitados com um Brasil hipotético, criado nesse estudo, a partir do modelo teórico de Ratzel. Neste Brasil fictício, todas as variáveis selecionadas são desenvolvidas de maneira satisfatória, a fim de alavancar o país ao *status* de potência relevante no continente sul-americano, à luz da teoria proposta.

Ao idealizar-se um grande desenvolvimento do espaço brasileiro, é factível depreender que será encontrada uma grande evolução da política de fronteiras e da capacidade de exploração dos recursos naturais. Na política de fronteiras, serão observados a maximização dos sistemas de monitoramento e vigilância, equipados com tecnologia de ponta e com capacidade de abranger todo o território nacional; a capacitação adequada das Forças Armadas

para o controle da nossa extensa faixa de fronteiras terrestre e marítima e do espaço aéreo; além do desenvolvimento socioeconômico das regiões limítrofes de nosso território, a fim de assegurar o firme estabelecimento da cultura e da identidade nacional.

Nos recursos naturais, depreende-se que haverá uma grande evolução da capacidade de exploração e produção em diversos níveis no setor energético, na agricultura e nos setores siderúrgico e petroquímico, com a modernização adequada nessas áreas e forte aumento da produção e exploração, permitindo um adequado aproveitamento de todas as capacidades do território nacional.

A realidade encontrada em nesse estudo mostra algumas discrepâncias em relação ao modelo teórico delineado. Analisando os dados coletados, verificou-se que a política de fronteiras, mesmo apresentando um relativo desenvolvimento, foi deixada em segundo plano. É nítido que os recursos alocados para essa área não estavam condizentes com o planejamento efetuado, resultando em uma evolução deficiente, principalmente no tocante ao desenvolvimento socioeconômico das regiões limítrofes do território nacional, que ainda hoje encontram sérias deficiências.

Ao estudar-se a realidade do desenvolvimento da capacidade nacional de exploração dos recursos naturais, é possível observar, no setor energético, uma reforma pautada em angariar fundos para financiar o plano real. Tal fato gerou pesadas perdas à capacidade de gerenciamento estratégico e prejuízos à população. No setor agrícola, o resultado das políticas implementadas foi um retrocesso histórico na área, impulsionando apenas uma pequena parcela de grandes produtores em atividades específicas. Nos setores siderúrgico e petroquímico, verificou-se uma realidade diferente. As privatizações permitiram uma modernização adequada dos setores e a implementação de uma gestão empresarial que, junto com outros fatores, ampliaram sobremaneira a capacidade de exploração desses recursos.

Assim, a evolução da variável espaço, no território nacional, se deu de forma diferente do projetado em nosso Brasil hipotético. Em que pese a evolução dos setores siderúrgico e petroquímico apresentando um desenvolvimento consoante ao modelo teórico, em todas as outras áreas não foi observada essa similaridade, obtendo crescimentos aquém do esperado.

A variável posição idealizada em nosso estudo apresenta um forte desenvolvimento da educação em todos os níveis, melhorando a qualidade do ensino, o acesso à educação para todos os brasileiros e a qualidade da merenda escolar e das instituições escolares. Nas Forças Armadas, é visualizado o aprimoramento dos meios, do adestramento e a adequação do efetivo à dimensão territorial do país.

Ao analisar a realidade encontrada no tocante a essa variável, verifica-se na educação um planejamento cercado de medidas visando a fortalecer principalmente o ensino fundamental. Nele, obteve-se um resultado moderado em alguns importantes índices, como taxa de analfabetismo e índice de aprovação. Entretanto, a execução desse planejamento não se deu nas melhores condições, degradando o resultado que poderia ter sido alcançado. Além disso, existia uma falta de continuidade no planejamento apresentado no tocante ao financiamento da educação, que passou a ser alicerçada em fundos finitos, resultando em problemas para administrações futuras.

Nas Forças Armadas, observamos medidas importantes, como a criação do Ministério da Defesa e da PDN, que a longo prazo aumentariam a integração entre as Forças e também entre o Ministério da Defesa e outros ministérios. Todavia, os pontos negativos mais uma vez sobressaíram. Dentre eles, os cortes no orçamento e o dimensionamento do efetivo, o qual comprovamos estar aquém das dimensões do território e da grande população nacional, principalmente quando comparado às outras nações da América do Sul.

Dessa forma, é possível depreender que o desenvolvimento da variável posição se mostrou abaixo da expectativa traçada em nosso modelo teórico, tanto na educação quanto nas Forças Armadas. Os dados levantados mostraram diversas falhas e perdas de oportunidades, que retardaram a evolução da posição brasileira.

O último aspecto abordado é o espaço vital brasileiro. No modelo teórico em questão, depreende-se que o Brasil assumiu a vanguarda nos acordos e tratados alusivos às nações da América do Sul. Os dados referentes à realidade encontrada mostraram que o Brasil buscou assumir essa posição de vanguarda. Todavia, fatores externos prejudicaram medidas que poderiam ter alavancado as nações sul-americanas a um patamar superior ao que hoje é observado, passando a ser compostas por blocos mais integrados e em melhores condições de concorrer no cenário internacional, com o Brasil a frente deste processo. Dessa forma, conclui-se que, mesmo com um avanço nesta direção, o que se observou ainda estava abaixo do delineado no modelo teórico.

Assim, realizado o confronto do modelo criado a partir da teoria de Ratzel *versus* a realidade brasileira durante os dois mandatos de FHC, de 1995 a 2003, depreende-se que o caminho traçado pelo Brasil no período foi cercado de erros e acertos e fortes influências de fatores como pressões da comunidade internacional e a prioridade dada pelo próprio governo para a questão econômica brasileira, pautada no combate à inflação por intermédio do plano real. Toda essa dinâmica distanciou o real rumo traçado pelo Brasil do delineado no referido modelo teórico, o que leva a crer, analisando a questão sob a ótica dos preceitos de Ratzel, que o Brasil perdeu diversas oportunidades de se consolidar como ator político relevante no contexto da América do Sul.

Desse modo, tendo chegado ao final do desenvolvimento do trabalho, no próximo capítulo serão elaboradas as conclusões e possíveis implicações dos conhecimentos para a MB.

5 CONCLUSÃO

Tendo o desafio de trazer à reflexão a importância da manutenção de uma postura de vanguarda no cenário da América do Sul, principalmente nos dias atuais, em que as nações se encontram cada vez mais interligadas, aponta-se que as mudanças no cenário internacional ocorrem de maneira muito dinâmica, podendo haver alternância das potências hegemônicas ao longo da história. Por isso, nesse trabalho, buscou-se analisar o Brasil como ator relevante no contexto da América do Sul no período de 1995 a 2003. Para tanto, utilizou-se como aporte teórico uma apropriação dos conceitos formulados por Ratzel para a avaliação dos Estados, porém adaptadas para os dias atuais.

Dessa maneira, buscou-se responder ao seguinte questionamento: o Brasil foi um ator relevante, no contexto da América do Sul, no período de 1995 a 2003, sob a ótica do modelo teórico criado a partir das formulações de Ratzel? A fim de responder à questão assumida, foi criado um cenário hipotético onde nosso país atuou de maneira a conservar e ampliar a relevância no continente sul-americano. Considerando essa premissa válida, foi elencado como deveriam se comportar alguns importantes fatores que compõem as variáveis espaço e posição de Ratzel, além da postura do Brasil relativa a seu espaço vital. Em uma defrontação com a realidade encontrada no período, conclui-se que, à luz da teoria de Ratzel, o país perdeu muitas oportunidades que poderiam alavancá-lo a um patamar mais elevado do que o atual, a nível de grande potência na América do Sul.

Para atingir o objetivo, a pesquisa foi estruturada em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução, os três capítulos subsequentes são referentes ao desenvolvimento e o último, essa conclusão. No capítulo dois, foi estudado o modelo teórico de Ratzel, precedido por conceitos fundamentais para o entendimento desse trabalho. Diante dos conceitos apresentados, no terceiro capítulo, buscou-se analisar como efetivamente se comportaram as

condicionantes das variáveis espaço e posição, e como o Brasil portou-se diante de seu espaço vital no período.

No capítulo quatro, foram comparados o modelo teórico criado a partir da confirmação da hipótese com a realidade encontrada no tocante às variáveis espaço e posição e ao *Libesraum*. Concluiu-se que, sob a ótica das formulações de Ratzel, o Brasil se distanciou da possibilidade de assegurar e ampliar sua condição de potência relevante na América do Sul.

Depreende-se, portanto, que no período anterior a 1995 o Brasil sofria com uma forte inflação e a resolução dessa questão foi prioridade para a equipe do governo federal da época. Essa postura veio a prejudicar o desenvolvimento de importantes setores do país, que foram deixados para segundo plano, resultando em uma evolução modesta de importantes pastas que fortalecem as variáveis espaço e posição de Ratzel.

No espaço de Ratzel, avaliando os fatores determinantes dessa variável selecionados nessa pesquisa, concluiu-se que o Brasil teve um desenvolvimento modesto na política de fronteiras e no setor energético, e que as medidas adotadas nestes setores oscilaram entre erros e acertos. Na agricultura, observou-se um retrocesso histórico caracterizado pela canalização de recursos a uma pequena parcela de grandes produtores agrícolas. E, em que pese um grande desenvolvimento do setor siderúrgico e petroquímico, capitaneado pelas privatizações que modernizaram diversas fases da produção e exploração e angariaram uma visão empresarial à pasta, no contexto geral, pode-se concluir que essa variável apresentou uma evolução modesta, bem aquém do esperado no modelo teórico.

Na variável posição, foi possível verificar que os componentes educação e Forças Armadas também foram deixados em segundo plano. Com um desenvolvimento modesto, a educação sofreu uma reforma pautada em uma série de medidas, que embora tenham alcançado uma melhora em índices como a taxa de analfabetismo, comprometeriam seu desenvolvimento futuro, devido, principalmente, à concentração do gerenciamento do ensino fundamental nos

municípios e ao financiamento da educação por intermédio de fundos com previsão de término e sem solução de continuidade. Nas Forças Armadas, todo o planejamento efetuado pelo governo federal almejava um grande desenvolvimento da pasta. Entretanto, os recursos alocados não acompanharam o idealizado para o setor, culminando em desenvolvimento moderado. Sendo assim, é possível depreender que essa variável se distanciou do idealizado no modelo teórico, não corroborando com a hipótese assumida.

No tocante ao gerenciamento de seu espaço vital, o Brasil sofreu com as pressões da comunidade internacional, que buscou retardar o crescimento da América do Sul como continente e bloco econômico. Além disso, divergências de posturas e interesses entre as nações do próprio bloco distanciaram a realidade encontrada do delineado no modelo teórico.

Diante do conteúdo da teoria de Ratzel, postulada no século XIX, esse trabalho adaptou alguns conceitos e citações para que o desenvolvimento fosse realizado na perspectiva dos dias atuais, no intuito de permitir um melhor entendimento. Porém, tal fato não descaracterizou importantes preceitos do seu modelo teórico, as variáveis espaço e posição como determinantes do destino de uma nação.

Por fim, destaca-se a relevante implicação dos conceitos abordados nesse trabalho para a MB, no que diz respeito à importante contribuição dessa Força na variável posição e a como o desenvolvimento e fortalecimento desse componente militar contribui para a manutenção da integridade nacional e a dissuasão necessária à nação que almeja um lugar de destaque no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. **Agrária (São Paulo. Online)**, São Paulo, n. 1, p. 2-15, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/73>>. Acesso em: 18 maio 2020.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1993 *apud* SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. O desafio do novo mundo à geopolítica clássica. **Revista Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 19, n. 65, mar. 2018.
- BLECHER, Bruno. Agricultura perde R\$ 15 bi com FHC. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 out. 1999. Mercado. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1010199914.htm>>. Acesso em: 18 maio 2020.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 8.631 de 4 de março de 1993. Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 mar. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8631compilado.htm>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- BRASIL. Presidência da República. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: Imprensa Nacional, 1996. 14 p. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf/view>>. Acesso em: 12 maio 2020.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à obra, Brasil: proposta de governo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. 131 p. ISBN 978-85-99662-66-3. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/b27wf>>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- CASTRO, Jorge Abrahão de; MENEZES, Raul Miranda. **Texto para discussão nº 947: avanços e limites na gestão da política federal de ensino fundamental nos anos 1990**. Brasília: IPEA, 2003.
- FARIAS, Tamara Gregol de. A sul-americanidade da política externa brasileira no Governo de Fernando Henrique Cardoso. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 247-272, jan./jun., 2011. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/1379>>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- FERNANDES, Fernando Bartholomeu. **As relações civil-militares durante o governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/2002**. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- FRANÇA, Júnia L. VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 240p.
- GOLDENBERG, José. Reforma e crise do setor elétrico no período FHC. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, nov., 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200009>. Acesso em: 18 mai. 2020.

LIVINGSTONE, David N. **The geographical tradition**: episodes in the History of a contested enterprise. London: Blackwell, 1992.

PARKER, Geoffrey. **Geopolitics**: past, present and future. London: Pinter, 1998. 199 p.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 80, set. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002008000008&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 mai. 2020.

RATZEL, Friedrich. Über geographische Bedingungen und ethnographische Folgen der Völkerwanderungen. In: HELMOLT, Hans (Org.). **Kleine Schriften von Friedrich Ratzel**. Munique: Oldenbourg, 1906. v. 2, p.35-65.

REIS, Thiago. Índice Big Mac: entenda como funciona esse curioso índice econômico. **Suno Research**, São Paulo, 30 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/indice-big-mac/>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

SALINAS, Marcelo Iglesias. **O setor siderúrgico brasileiro**: 10 anos de privatização. 2003. 55 f. Monografia de final de curso – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.ecsbddefesa.com.br/fts/MRjanfeb08.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SANTOS, Francisco. Petroquímicas vivem expansão pós-privatização. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 fev. 1996. Dinheiro. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/2/04/dinheiro/16.html>>. Acesso em: 17 maio 2020.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. O desafio do novo mundo à geopolítica clássica. **Revista Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 19, n. 65, mar. 2018.

SCHERMA, Márcio Augusto. Políticas de Defesa e Segurança para as Fronteiras nos Governos Lula e Dilma. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, Brasília, DF, n. 22, jan./abr. 2016, p. 65-77.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). **Military expenditure (current USD) – Brazil**. In: The World Bank. 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CD?end=2018&locations=BR&start=1960&view=chart%3E>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). **Military expenditure (% of GDP)**. In: The World Bank. 2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?locations=BR&most_recent_year_desc=false>. Acesso em: 28 jun. 2020.

TEJON José Luiz. Agribusiness e marketing: qual é o real conceito dessas palavras? In: **Blog Canal Rural**, [S. l.], 6 fev. 2019. Disponível em: <<https://blogs.canalrural.com.br/agrosuperacao/2019/02/06/agribusiness-e-marketing-conceito/>>. Acesso em: 18 maio 2020.

TOSTA, Octavio. **Teorias geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 58 p.

TUATHAIL, Gearóid O. **Critical geopolitics**. 2. ed. London: Routledge, 2005. 250 p.

VAZ, Alcides Costa *et al.* Política de fronteira e defesa nacional. In: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL, 12., 2015, Pirassununga. *Anais...* Pirassununga: Academia da Força Aérea, 2015.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula uma década de política externa (1995-2005). **Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9>> Acesso em: 5 jun. 2020.

ANEXOS

ANEXO A

TABELA 1
Indicadores das empresas siderúrgicas privatizadas 1992-95.

EMPRESAS	EMPRESAS SIDERÚRGICAS PRIVATIZADAS			
	Ano	Faturamento (USD Milhões)	Lucro líquido (USD Milhões)	Patrimônio Líquido (USD Milhões)
Acesita	1992	397	(100)	428
	1995	678	32	1.064
Açominas	1992	394	38	2.567
	1995	678	35	2.244
Cosipa	1992	863	(297)	793
	1995	1.222	74	2.059
CNS	1992	1.516	125	4.136
	1995	2.206	110	5.905
CST	1992	546	(149)	1.972
	1995	931	190	3.129
Usiminas	1992	1.256	123	1.395
	1995	4.160	336	2.813

Fonte: SALINAS, 2003.

ANEXO B

TABELA 2
Indicadores da Siderurgia Brasileira.

PRODUÇÃO	SIDERURGIA BRASILEIRA (1000T)									
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Aço bruto	23.934	25.207	25.747	25.076	25.237	26.153	25.760	24.996	27.865	26.717
Laminados	15.804	16.493	17.271	16.059	16.863	17.425	16.433	16.793	18.213	18.073
Planos	10.063	10.016	10.053	10.625	11.022	11.267	10.386	10.121	11.213	10.648
Longos	5.741	6.477	6.618	5.434	5.661	6.158	6.047	6.672	7.000	7.425
Semiacabados para vendas	5.783	6.476	6.221	6.623	6.468	6.724	6.856	7.370	7.584	7.717

Fonte: SALINAS, 2003.

ANEXO C

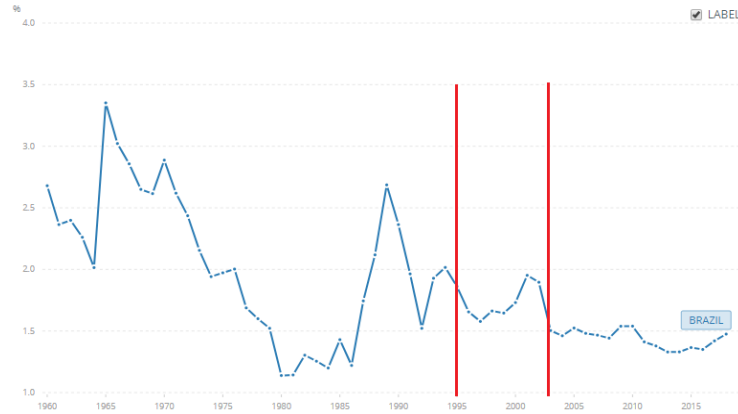


GRÁFICO 1 - Gastos do Brasil com Forças Armadas em porcentagem do PIB.

Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2018.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

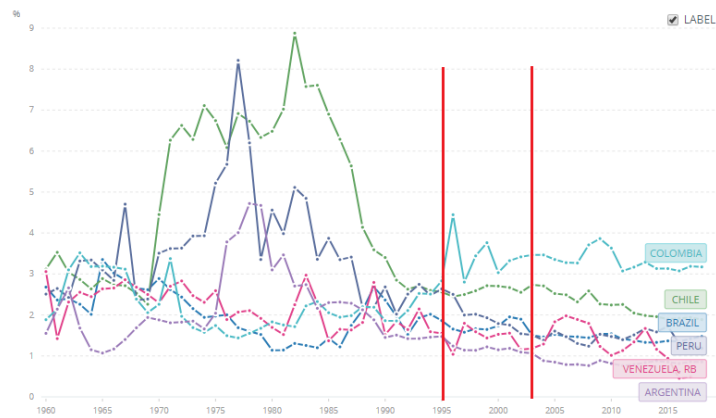


GRÁFICO 2 - Gastos dos principais países da América do Sul com Forças Armadas em porcentagem do PIB.

Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2018.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

TABELA 3
Gastos dos principais países da América do Sul com Forças Armadas em porcentagem do PIB

PAÍS	GASTOS COM FORÇAS ARMADAS EM RELAÇÃO AO PIB (%)												
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	1.93	2.02	1.86	1.65	1.58	1.66	1.65	1.73	1.95	1.90	1.50	1.46	1.52
CHILE			2.56	2.44	2.49	2.59	2.71	2.70	2.66	2.55	2.73		
PERU			2.63	2.50	1.99	2.01	1.93	1.78	1.75	1.54	1.50		
VENEZUELA			1.54	1.03	1.79	1.58	1.43	1.52	1.55	1.15	1.18		
COLOMBIA			2.83	4.44	2.80	3.44	3.76	3.03	3.32	3.41	3.46		
ARGENTINA			1.47	1.24	1.14	1.13	1.22	1.14	1.18	1.09	1.06		

Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2018.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

ANEXO D

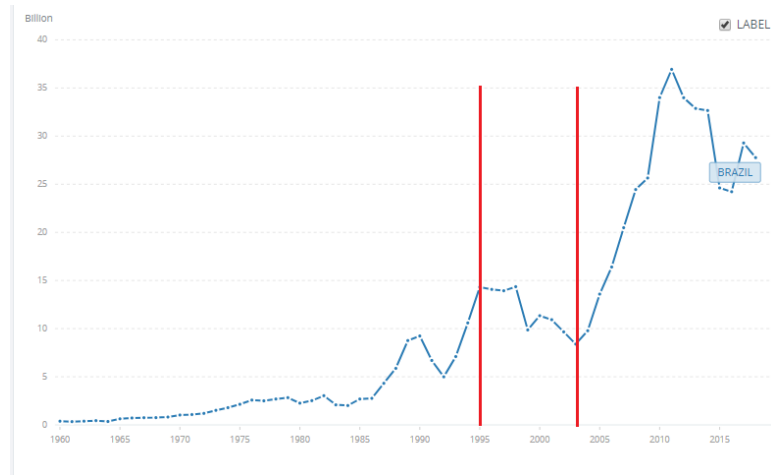


GRÁFICO 3 - Gastos do Brasil com Forças Armadas em bilhões de dólares.

Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2020.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

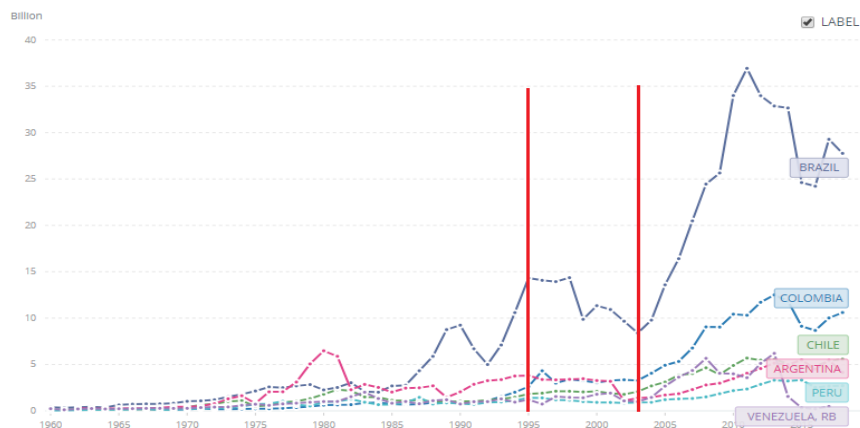


GRÁFICO 4 - Gastos dos principais países da América do Sul com Forças Armadas em bilhões de dólares.

Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2018.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

TABELA 4
Gastos dos principais países da América do Sul com Forças Armadas em bilhões de dólares.

PAÍS	GASTOS (BI USD)												
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	7.1	10.59	14.319	14.073	13.934	14.357	9.867	11.344	10.93	9.665	8.393	9.78	13.589
CHILE			1.828	1.904	2.121	2.112	2.043	2.103	1.893	1.78	2.068		
PERU			1.413	1.396	1.179	1.142	0.992	0.912	0.904	0.839	0.891		
VEN.			1.199	0,733	1.541	1.451	1.408	1.788	1.911	1.071	0.987		
COL.			2.619	4.319	2.989	3.39	3.247	3.028	3.264	3.348	3.278		
ARG.			3.802	3.379	3.341	3.399	3.462	3.267	3.184	1.114	1.375		

Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2018.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

ANEXO E

TABELA 5
Gastos em bilhões de dólares com defesa por quilômetro quadrado

PAÍS	GASTOS POR KM²		
	ÁREA KM2	MÉDIA DOS GASTOS COM DEFESA EM BI USD 1995/2003	USD/KM²
BRASIL	17.840.000	11.994	672,30
CHILE	756.950	2.009	2.654,07
PERU	1.285.000	1.283	998,44
VENEZUELA	916.445	1.296	1.414,16
COLÔMBIA	1.142.000	3.262	2.856,39
ARGENTINA	2.780.000	2.925	1052,15

Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2020.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

TABELA 6
Gastos em bilhões de dólares com defesa por habitante

PAÍS	GASTOS (BI USD)		
	POPULAÇÃO (ANO 2000) MILHÕES DE HAB	MÉDIA DOS GASTOS COM DEFESA EM BI USD 1995/2003	USD/HAB
BRASIL	174,8	11.994	68,61
CHILE	15,34	2.009	130,96
PERU	26,46	1.283	48,48
VENEZUELA	24,19	1.296	53,57
COLÔMBIA	39,63	3.262	82,31
ARGENTINA	36,87	2.925	79,33

Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2020.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

TABELA 7
Efetivo das Forças Armadas por quilômetro quadrado

PAÍS	EFETIVO DAS FORÇAS ARMADAS		
	ÁREA KM2	EFETIVO DAS FORÇAS ARMADAS (ANO 2000)	KM2/H
BRASIL	17.840.000	444.814	40,10
CHILE	756.950	116.500	6,49
PERU	1.285.000	193.000	6,65
VENEZUELA	916.445	79.000	11,60
COLÔMBIA	1.142.000	247.000	4,62
ARGENTINA	2.780.000	102.300	27,17

Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2020.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.